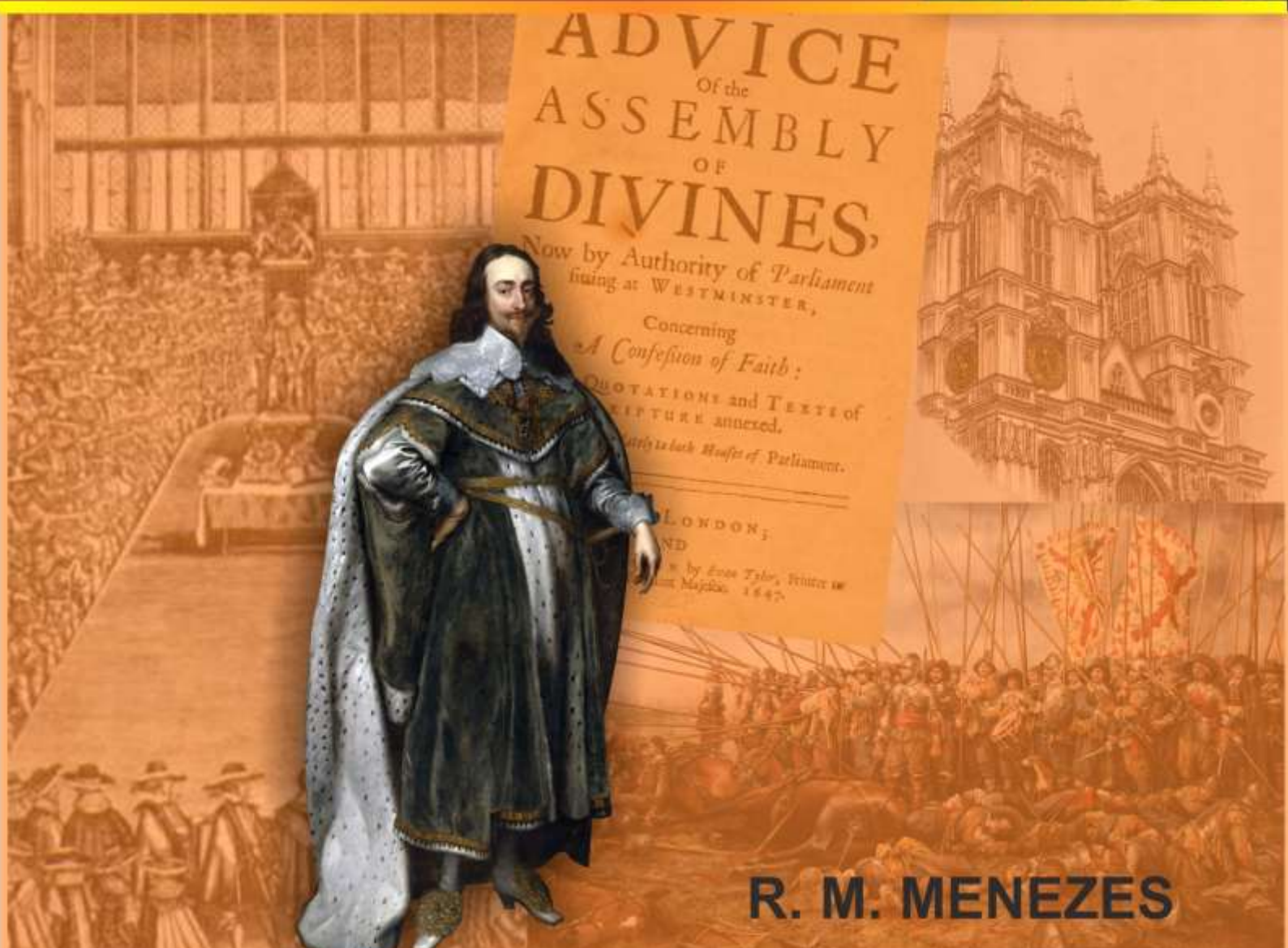




APONTAMENTOS
DA HISTÓRIA DA



ASSEMBLEIA DE WESTMINSTER



ADVICE
Of the
ASSEMBLY
OF
DIVINES,
Now by Authority of Parliament
sitting at WESTMINSTER,
Concerning
A Confession of Faith:
QUOTATIONS and TEXTS of
SCRIPTURE annexed.
Printed in both Houses of Parliament.
LONDON;
AND
Printed by Isaac Taylor, Printer to
the Majesty. 1647.

R. M. MENEZES

APONTAMENTOS DA HISTÓRIA DA ASSEMBLEIA DE WESTMINSTER

R. M. Menezes

Revisão: Diego Henrique Trentini Gehm

Introdução

A Assembleia de Teólogos de Westminster (1643-1649) foi um grande marco histórico e teológico que fechou um ciclo dourado de produção de documentos confessionais.

É sabido que ela produziu os Símbolos de Fé da Igreja Presbiteriana (a Confissão de Fé de Westminster e os Catecismos Breve e o Maior), os Padrões Presbiterianos, adotados desde a Escócia, berço do presbiterianismo. Os padrões oficiais da IPB – Igreja Presbiteriana do Brasil.

A Assembleia gerou vários documentos teológicos importantes (Diretório de Culto, Saltério e Forma de Governo) e é considerada como o último e mais importante sínodo da Igreja pós-reforma; um grande Sínodo para alguns, uma grande encontro teológico não sinodal para outros.

Há uma extensa documentação de registros dessa grande Assembleia, pois a documentação não tratou somente de doutrinas cristãs, mas teve todo um envolvimento e toda uma importância ligada à história civil e política da época. Ela foi de grande importância para a Inglaterra, assim como para as igrejas reformadas em todo o mundo.

Deve-se atentar ao fato que grande parte dos documentos produzidos pela Assembleia não chegaram até nós porque houve um grande incêndio em Londres em 1666 que destruiu muito desse material. Pela maravilhosa providência de Deus ainda existem muitos registros escritos pelos participantes da Assembleia, que produziram muitas notas e diários sobre tudo que ocorria nesta reunião histórica.

Vamos fazer uma conta por baixo, suponhamos que cada membro da Assembleia gerasse de dez a vinte volumes de anotações, teríamos aproximadamente 2 mil volumes. Vamos supor que metade da Assembleia escrevesse, quantos volumes teríamos? Mil? Quinhentos? É fato que o grande incêndio destruiu muita coisa. Mas certamente que ainda hoje há centenas de registros fidedignos e suficientes para admirar o trabalho desses teólogos.

Além de muitos documentos perdidos, outros nunca foram publicados. O que torna a tarefa de relatar o que ocorreu e documentar o que foi escrito na Assembleia de Westminster um grande desafio. Existe material suficiente para ler durante uma vida inteira. Recolher e pesquisar essa documentação toda é uma tarefa que requer muita dedicação e muito trabalho.

No presente resumo compartilho minhas anotações e observações da nobre Assembleia de Westminster. A intenção é compartilhar o pouco que conheci dessa fase histórica memorável da fé reformada e história da Igreja Presbiteriana.

Caso algum estudante da história da Assembleia de Westminster queira sugerir alguma correção, revisão, algum acréscimo ou recomendação me envie e-mail (ranzemis@gmail.com). A intenção é contribuir e colaborar com um conhecimento histórico muito

importante para o presbiterianismo. Toda colaboração será bem-vinda para aperfeiçoar este resumo.

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA

No ano de 1641 os pastores de Londres, Inglaterra, enviaram uma petição ao Parlamento para convocar um sínodo livre, mas que a autorização não foi liberada facilmente porque o Rei da Inglaterra, Carlos I, precisava autorizar. E não havia nenhum interesse espontâneo para o Rei autorizar, pois contrariava seus interesses políticos e alianças.

Até que os ministros de Londres juntaram forças com os ministros da Escócia (ambos do mesmo reino) para tratarem de um documento comum de doutrina (a Irlanda também participou dessa união). Eles queriam tratar assuntos como liturgia, disciplina e governo de Igreja. Era uma Reforma dentro da grande Reforma. Muitos habitantes desses Três Reinos estavam insatisfeitos com o rumo que a Reforma tomou na Inglaterra.

Os que convocaram a Assembleia não se conformavam com o sistema da igreja apoiado pelo Rei Carlos I. Um sistema cheio de arcebispos, bispos, chanceleres, comissários, reitores, arqui-diáconos e outros oficiais dependentes de uma hierarquia que era considerada pelos teólogos de Westminster como: “má, ofensiva e onerosa para o reino”. Que era um grande impedimento para a Reforma e o crescimento da religião verdadeira, prejudicial para o Estado e governo da monarquia.

O sentimento mais profundo daquela geração de teólogos dos Três Reinos era que esse sistema religioso instalado deveria acabar e que um novo governo mais agradável a Deus deveria resultar da

Assembleia consultando as Escrituras Sagradas. Embora inicialmente desejavam apenas reformar o sistema clerical e revisar os 39 Artigos da Igreja da Inglaterra do século XVII.

E que fosse produzido um documento que preservasse a paz da Igreja local em acordo com a Igreja da Escócia e outras igrejas no exterior. O continente Europeu reformado acompanhava e observava todos os acontecimentos importantes dessa Assembleia.

Algo muito importante era ressaltado por esses homens de Deus. Além do desejo de purificar a Igreja da parafernália instalada eles desejavam energeticamente proteger a Igreja de calúnias. Este é um aspecto muito importante para entender melhor a Assembleia de Westminster. Muitos teólogos presbiterianos e independentes sofreram grandes perseguições e calúnias por décadas.

Fez-se necessário juntar forças para realizar o que era apenas um sonho e reunir de fato uma Assembleia de sábios ministros, homens piedosos e eruditos, homens prudentes e membros do Parlamento Inglês. O Parlamento possuía um papel fundamental na condução da Inglaterra em todos os seus interesses. Uma Reforma religiosa fatalmente teria que passar pelo Parlamento. O Estado não era laico, mas religioso.

Mesmo sem permissão do Rei Carlos I, o Parlamento desobedeceu ao soberano e autorizou a Assembleia. Não sem tensões e conflitos, algo que deve ser examinado a parte, em especial sobre a Guerra Civil inglesa, foi uma guerra entre os partidários do rei Carlos I da Inglaterra e do Parlamento, liderado por Oliver Cromwell. Começou em 1642 e acabou com a condenação à morte de Carlos I em 1649.

As reuniões da Assembleia foram definidas pelo Parlamento que seriam na Abadia de Westminster a partir do dia 1 de julho de 1643. Podendo acontecer de mudar o local das reuniões de tempos em tempos, por alguma necessidade justificada. O mínimo de reuniões de uma assembleia convocada seria de 40 reuniões. As reuniões da Assembleia aconteciam em várias salas da Abadia, uma das mais famosas foi o salão Jerusalém.

O conteúdo e resultado de cada reunião não poderia ser divulgado, impresso ou escrito, sem autorização do Parlamento. E também autorizado pelo dirigente da assembleia, normalmente um doutor em divindade (e se ele morresse ou ficasse impossibilitado de estar presente na assembleia por doença, outra pessoa seria nomeada imediatamente).

O número de pessoas nomeadas para a Assembleia foi de 150, dos quais 30 seriam assessores do Parlamento (Os Lords e os Comuns). Havia toda uma organização para debates e votações. – Cf. Anexo com uma lista com todos os nomes que participaram da Assembleia de Westminster.

Havia uma grande quantidade de igrejas e pessoas interessadas na Assembleia. Na primeira reunião havia uma grande congregação que lotou a abadia de Westminster.

O dirigente Dr. Twisse pregou na abertura para todos os presentes: "NÃO VOS DEIXAREIS ORFÃOS", em João 14.18. Trouxe consolo e confiança aos presente, demonstrando que apesar de toda tensão que envolvia a história da Assembleia, todos deveriam confiar em Deus.

Após o sermão do Dr Twisse os membros da Assembleia foram chamados oficialmente e aconteceu algo curioso, 63 membros responderam a presença e não houve reunião, que foi suspensa até o

dia 6 julho (1643), quando recebeu do Parlamento uma lista de regras para a direção das reuniões. Destaque para algumas dessas regras:

1. Que dois avaliadores (assessores ou secretários) trabalhassem junto com o dirigente para que as reuniões não parassem em caso de sua ausência ou enfermidade.

2. Que fossem nomeados dois teólogos para registrar em Ata todos os procedimentos.

3. Que cada membro, em sua primeira entrada da assembleia fizesse juramento solene, para concordar com a verdade para o bem e a paz da igreja.

4. Que nenhum homem prosseguisse em debates após o dirigente pedir silêncio, a menos que a Assembleia desejasse que ele desse prosseguimento.

5. Tudo passaria pela Assembleia para votação. Nenhum assunto tratado na Assembleia poderia ficar de fora.

6. Toda Assembleia era dividida em três comitês de teólogos. E a cada comitê era eleito um presidente.

Os trabalhos iniciais da Assembleia tiveram o propósito maior de examinar e reformar os 39 Artigos da Igreja da Inglaterra. Estes Artigos eram a base da religião oficial da Inglaterra e teriam que passar pelo crivo da Assembleia. A Igreja, então oficial, não aceitou participar

da Assembleia, pois era algo inadmissível reformar o sistema vigente, que recebia apoio do Rei.

A Assembleia estava determinada a analisar os 39 Artigos e havia permissão oficial do Parlamento. A organização da reunião dividiu os Artigos em três partes e distribuiu para cada comitê analisar. Estes foram os trabalhos iniciais da Assembleia.

Os registros da assembleia são muitos ricos de detalhes, alguns curiosos, por exemplo: havia guloseimas e petiscos para os participantes e também lareiras. As reuniões eram distribuídas por salões da Abadia de Westmisnter. Os comitês se dividiam por salas e havia toda uma organização por assuntos que eram apresentados a toda Assembleia periodicamente. Os trabalhos duravam meses sem interrupção, de verão à inverno.

Para não haver dúvidas nas votações das pautas, além dos presentes decidirem por NÃO e SIM, também tinham que se levantar quando SIM, enquanto os secretários faziam a contagem dos votos.

Não mais de um assunto poderia ser tratado por vez, se algum se desviasse do assunto, um dos assessores retomava o assunto e continuava a ordem. Tudo era realizado com reverência e zelo.

Uma característica do respeito nas reuniões era que, nenhum homem poderia contradizer outro presente pelo nome, mas tinha que se dirigir ao prolocutor (o dirigente principal), no máximo podia dizer de modo geral, exemplo: "o irmão reverendo que disse isso ou aquilo...", ou "a última palavra dita ou quem falava por último" ou "o irmão que falou deste lado ou daquele lado." Essas eram algumas das regras do processo adotadas por essa Assembleia.

A ASSEMBLEIA DE WESTMINSTER PRODUZIU DOCUMENTOS A SERVIÇO DA IGREJA

Uma confissão de fé serve para marcar, demarcar, para preservar. Uma boa confissão de fé preserva pontos diferentes da história. Não se elabora uma confissão da noite para o dia, mas é uma mineração de doutrinas colhidos ao longo dos séculos.

A Confissão de Fé de Westminster é uma confissão reformada tardia (1643). Ela afirma as mesmas perspectivas doutrinárias da Reforma; toda produção do século XVI foi colocada em prova, podemos considerar uma coletânea madura, fruto de 15 séculos de pensamento cristão. Não pode ser ignorada facilmente. Nela temos séculos preservados e examinados à luz das Escrituras.

Todo estudante de história das doutrinas sabem que muitas heresias foram combatidas uma após outra, em espaço de séculos. A Confissão de Fé de Westminster é um teste para a ortodoxia e deve ser uma base da união ou servir de parâmetro para uma boa convivência com outras igrejas confessionais. Ela serve muito bem de edificação coletiva e individual.

Havia no século XVII na Inglaterra uma forte conexão entre o trono dos reis (o estado) e a igreja. Os reis acreditavam no direito divino dos reis (absolutismo), e o próprio povo reconhecia este poder como dádiva. O Parlamento e os teólogos, a maioria Puritanos, mestres de grego e hebraico bíblicos, reconheciam que preservar o reino era favorecer o rei.

A ideia inicial era que a Assembleia deveria ser uma “comissão consultiva” no Parlamento, para ajudar a reestruturar o culto e o

governo da igreja da Inglaterra. O maior desejo era uma uniformização da fé cristã, mas isso nunca aconteceu totalmente, mas para a Escócia o resultado foi mais que esperado, pois o país adotou integralmente a Confissão de Fé de Westminster como o documento oficial da Igreja Presbiteriana, difundindo-o para o mundo. O trabalho que John Knox plantou deu frutos.

UM POUCO SOBRE A ABADIA DE WESTMINSTER

A Abadia é a igreja da coroação desde 1066 e o local de sepultamento de 17 monarcas. A Abadia de Westminster tem mais de mil anos de história. Originalmente o local pertenceu a Igreja Católica Romana, fundada pelos monges beneditinos seu aspecto atual é de 1245, reformada pelo Rei Henrique III, é um dos edifícios góticos mais importantes da Inglaterra até hoje, ainda é preservado um antigo santuário medieval anglo-saxão em seu interior. Há nela um tesouro de pinturas, vitrais, têxteis e outros artefatos valiosos.

Os primeiros monges beneditinos chegaram em Westminster cerca de 960 (A.D.), não há nenhum vestígio de ruínas da primeira abadia, o Rei Eduardo construiu uma nova abadia no local em 1065. O rei Henrique VIII dissolveu o mosteiro em 1540. Em 1245 Henrique III começou a reconstruir a igreja em estilo gótico de arquitetura.

Uma das salas mais famosas, também chamada de câmara ou salão, trata-se da câmara Jerusalém (não é aberta ao público atualmente), é uma sala adicionada a abadia entre 1362 e 1386. Nesta sala tivemos uma grande parte das reuniões da Assembleia de Westminster. A sala com o nome Jerusalém foi reformada pelo então abade John Islip entre 1500-1532. Jerusalém, a origem do nome é incerta, mas na idade

media não era incomum dar nome as salas e quartos. Na abadia há salas com nomes de Jericó e Samaria.

Os painéis tapeçarias existentes ainda são originais. As tapeçarias descrevem a história de Abraão, tecida na França, no século 16. As tapeçarias normalmente eram penduradas para grandes ocasiões.

Acima da porta e a direita da sala Jerusalém há uma tapeçaria que representa o retorno de Sara do Egito e do outro lado extremo da sala é a circuncisão de Isaque.

O lado oposto há uma tapeçaria do final do século XVII de Rebeca no poço. Em outras tapeçarias do final do século XVII e XVIII, há Pedro curando o homem coxo.

A maior parte da pedra da lareira é original hoje. Há também escudos-brasões, dos reis Henrique IV e V e outros nobres.

Conta uma lenda (ou história) da morte do Rei Henrique IV que ele estava orando num dos santuários da abadia, pedindo por sua viagem à Terra Santa (Jerusalém, Israel), e durante sua oração passou mal, talvez uma hemorragia vascular, imediatamente ele foi levado a sala Jerusalém para ficar de frente a lareira, perto do fogo, onde ele recobrou a consciência e perguntou onde estava: lhe responderam, em Jerusalém. A crônica relata que o rei percebeu que iria morrer pois havia uma profecia que ele morreria em Jerusalém. Shakespeare conta essa historia numa peça sobre o Rei Henrique IV.

Reuniões históricas foram realizadas nesta sala, em 1611 houve reuniões sobre escrever uma versão autorizada da Bíblia, a versão

revista em 1870, e a Nova Bíblia em inglês em 1961, e a Bíblia inglesa revisada em 1989.

No inverno de 1643 a Assembleia de Westminster se reuniu na câmara Jerusalém. Os teólogos desfrutaram de sua lareira e deram continuidade sem interrupções nos dias gelados. O corpo do Sir Isaac Newton, falecido em 1727, ficou nesta sala antes de ser enterrado na abadia. Todas as coroações e sepultamentos da monarquia inglesa são realizados na Abadia de Westminster. O capítulo XXXII da Confissão de Fé de Westminster trata sobre o Estado dos Homens Depois da Morte e da Ressurreição dos Mortos, e nestes debates provavelmente alguns membros meditaram sobre os monarcas sepultados no mesmo edifício da Assembleia. Que haverá um dia em que retornarão à vida para estarem na presença do Rei dos reis.

Na II Guerra Mundial (1939-1945), Londres sofreu terríveis ataques aéreos com bombas incendiárias e a Abadia de Westminster foi preservada, apesar de ter sido atingida. Antes da aviação de guerra alemã despejar bombardeios infernais, os ingleses retiraram para lugares seguros tudo que pudesse ser transportado e reforçaram todo o edifício da Abadia com sacos de areias. As brigadas de combate a incêndios agiam imediatamente após os bombardeios. Praticamente os prédios históricos foram preservados desse modo. Uma grande parte da população se abrigava nos túneis do metrô da cidade.

Hoje a câmara Jerusalém é uma das salas privadas da reitoria e agora é usada para reuniões privadas pelo deão.

LINHA DO TEMPO DA ASSEMBLEIA DE WESTMINSTER (1643-1652).

Não seria de 1643 a 1649? Em 1649 foi realizada a última sessão numerada. Mas em 1652 é oficialmente o fim dos trabalhos da Assembleia segundo: "A Short History of the Westminster Assembly, W. Beveridge, 1904." Segue alguns dos principais acontecimentos da Assembleia de Westminster:

1643:

12 de junho: Convocação da Assembleia pelo Parlamento.

01 de julho: A Assembleia se reúne.

08 de julho: A Assembleia constitui 3 Comitês.

12 de julho: Começa a revisão dos 39 Artigos.

25 de setembro: Proclamação da Liga Solene e Aliança.

12 de outubro: Fim da revisão incompleta dos 39 Artigos.

17 de outubro: Debates sobre Governo da Igreja.

1644:

Pré-agosto: Relatórios e debates sobre o Diretório de Culto.

20 de agosto: Início da produção da Confissão de Fé.

20 de agosto: Nomeação dos Comitês.

08 de novembro: Forma de Governo (documentos) enviado ao Parlamento.

1645:

Início de janeiro: Diretório de Culto aprovado pela Câmara dos Comuns.

07 de fevereiro: O Catecismo é analisado pelo Comitê.

12 de setembro: Os Salmos são aprovados para a adoração pública e solene.

1646:

30 de abril: A Câmara dos Comuns analisa o documento sobre Governo da Igreja (Jus Divinum)

19 de julho: Morte do Prolocutor Dr. Twisse.

04 de dezembro: Confissão de Fé impressa e enviada para a Câmara dos Comuns.

1647:

Pré-outubro: A Confissão de Fé com referências bíblicas é apresentada ao Parlamento.

15 de outubro: O Catecismo Maior é completado.

25 de novembro: O Catecismo Menor é apresentado a Câmara dos Comuns.

1648:

14 de abril: Os Catecismos são apresentados com referências das Escrituras ao Parlamento.

09 de maio: Jus Divinum em debate. – Também conhecido historicamente como “O grande debate”, entre os presbiterianos e congregacionais

1649:

30 de janeiro: Execução do rei Carlos I.

27 de fevereiro: Última sessão numerada.

1652:

25 de março: Fim dos trabalhos da Assembleia.

TRÊS REINOS

As grandes nações protagonistas da Assembleia foram a Inglaterra e Escócia (unidas para participar da Assembleia e promover uma reforma na Igreja das duas nações). Na verdade havia também a Irlanda, que politicamente tinha uma relevante importância na composição dos três reinos, o Reino Unido.

Na época chamada de a Liga Solene e Aliança para Reforma e Defesa da Religião e Honra ao Rei. – Como “Honra ao Rei” e o Rei era contra a Assembleia? Inicialmente o Parlamento e toda Assembleia de Westminster desejavam resguardar o Rei em seu trono, apesar da discordância e desobediência ao Rei em oficializar a Assembleia através do Parlamento.

Na época era comum um forte pensamento e convicção que esse três países viviam sob um governo de um rei pela providência divina. E que

o dever deles era lutar pela paz e segurança dos três países, fortalecidos pela Unidade em Religião Reformada e pelo avanço do Reino de Cristo Jesus. Desse modo pensavam, desse modo agiam. Esse era o contexto da época.

Conforme a Assembleia ganhava força, além de revisar os 39 Artigos, também partiram para a produção dos mais excelentes documentos confessionais e diretrizes de governo e culto.

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

A consciência histórica desses homens piedosos tornou-se algo marcante. A Liga Solene estava sob juramento, havia muitas orações a Deus e muitos discursos no decorrer da Assembleia justificando o pacto. Esta aliança foi lida publicamente e toda Assembleia com a mão direita levantada para o céu adorou o grande nome de Deus. Não se tratava de uma reunião qualquer, havia uma nuvem de testemunha na terra e no céu. Os frutos dessa Assembleia temos até hoje, para glória do Altíssimo.

Havia uma consciência geral entre os participantes da Assembleia que eles estavam gerando uma Unidade Confessional que quebraria o poder do inimigo como nunca antes na história daquele reino e que salvariam o rei e o reino da ruína com equidade, verdade e justiça. Ninguém nos trabalhos iniciais da Assembleia imaginou que após um tempo o Rei Carlos I seria morto e que depois de outro período toda hierarquia e sistema clerical voltariam ao domínio da Inglaterra. Faz-se necessário examinar a parte o desenrolar da Guerra Civil Inglesa e entender os rumos que o Parlamento tomou não reconhecendo o sistema monárquico.

Em 1643, a Igreja da Inglaterra estava fortemente hierárquica e nesta época o conceito que os teólogos de Westminster tinham era que havia uma necessidade de Reforma e estavam insatisfeitos e inconformados. Para eles os grupos dominantes que se diziam alinhados com a liberdade da Reforma eram "facções papistas". Os chamados Puritanos, que eram a força religiosa do povo e de uma parte do Parlamento, não admitiam que a Reforma da Inglaterra não se alinhasse à Reforma dos outros países aliados da Europa. E de certa forma os países reformados eram testemunhas dos acontecimentos. A Igreja Protestante crescia e desejava fortalecer-se em unidade.

Os episódios da Assembleia devidamente registrados, principalmente as assinaturas das alianças, da Liga Solene, eram copiadas e essas cópias lidas nas igrejas até na Holanda. A Europa acompanhava e tinha interesse no desenrolar dos acontecimentos da Assembleia.

Como naquela época, a religião e o Estado não se separavam, esses documentos eram de interesse geral das nações reformadas, inclusive envolvendo os exércitos.

O pacto deveria ser lido publicamente em todas as igrejas do Reino da Inglaterra. E cada congregação tinha uma cópia impressa e afixada em lugar público da igreja para que pudesse ser lida pelo povo, detalhe: tudo a contragosto do rei. Os documentos da Assembleia não foram produzidos sem conflitos e pressões.

O Rei Carlos I proclamou uma proibição de todos os seus súditos leias que não aceitassem o pacto. Isto nos fornece uma ideia como o país estava dividido. Segue um trecho do teor de sua proclamação real:

“A respeito dessa Liga Solene para reforma e defesa da religião, apesar de usarem expressões de piedade e religião é uma enganação, isso nada mais é que traição contra o reino estabelecido e contra a religião, e ainda um esforço para atrair força estrangeira para invadir este reino”. O rei ainda finaliza pedindo fidelidade ao seu povo, e que não apoiem a aliança traidora e proíbe todos os seus súditos de fazerem parte do referido pacto, pois cada um irá responder por seus atos de sedição.

A coragem dos inconformistas dos Três Reinos era algo grandioso e todos estavam dispostos a pagar o preço pela desobediência ao rei e realizar algo corajoso para Deus e para Sua Igreja. A mesma disposição dos antigos mártires.

Esta proclamação incendiária do Rei também foi enviada a Escócia e Irlanda para que dessem explicações e justificassem suas condutas. Veremos ainda que essa tensão provocou rompimentos e guerras.

Deus está no controle soberano da história e faz o que quer quando e como quer. O projeto original da Assembleia aprovada pelo Parlamento a contragosto do rei não era derrubar a hierarquia da Igreja da Inglaterra mas reformá-la e melhorá-la. Inicialmente a Assembleia convocou os episcopais ordenados, os quais não aceitaram participar com algumas exceções do clero, como por exemplo o Dr. Daniel Featly, que chegou a defender o episcopado na Assembleia e não foi tratado com hostilidade. É registrado que a Assembleia o tratava com grande respeito. Embora também tenha se retirado da Assembleia por subordinação ao sistema clerical e real.

Isso demonstra que a Assembleia não foi convocada para subverter a hierarquia. Mas que os participantes episcopais da Assembleia deveriam se retirar por ordem do seu arcebispo. E também proibido de divulgar qualquer documento da Assembleia. Dizem que a ordem da retirada do último episcopal da Assembleia foi dada pelo rei e com

ameaças de prisão se ficasse mais tempo. A ideia inicial era que episcopais, presbiterianos, independentes e erastianos, todos participassem da Assembleia.

Portanto os teólogos episcopais que foram convocados para a Assembleia não podiam oficialmente participar porque por decreto real a Assembleia estava proibida e porque os membros dessa Assembleia não foram escolhidos pelo clero, então, para o reino não havia nenhuma representação legítima na Assembleia.

Outro fator que reforçava a não participação clerical é que também os episcopais não poderiam admitir a mistura de leigos e clero. Estrategicamente os episcopais sabiam que a maioria da Assembleia era de Puritanos, os maiores inimigos da hierarquia, ministros independentes que não eram reconhecidos pelo clero.

Com a ausência total dos episcopais, os membros para os debates eram de três alas: presbiterianos, independentes, e erastianos. Os Puritanos (inclinados ao presbiterianismo e independentes) eram maioria, os presbiterianos escoceses, minoria, mas homens de grande erudição e piedade, e tornaram-se os maestros da Assembleia. Conduziam magistralmente os debates. A Escócia enviou para a Assembleia seus ministros mais preparados: Alexander Henderson, o autor do Pacto, George Gillespie, Samuel Rutherford e Robert Baillie; e dois presbíteros: Lord John Maitland e Sir Archibald Johnston. Os Puritanos independentes (congregacionais) se destacaram igualmente em alto nível de debates teológicos, como: Thomas Goodwin, Sydrach Simpson, Philip Nye, Jeremias Burroughs e William Bridge. Em minoria mas bem atuantes e com fortes alianças políticas com o Parlamento e com o exercito do Protetorado de Cromwell.

A maioria da Assembleia tinha um forte alinhamento com as igrejas reformadas do Continente Europeu e coerentemente o sistema de governo prevalecente era o presbiterianismo. Os presbitérios se espalhavam pelo Continente e também pela Inglaterra, Escócia e Irlanda. Todo cenário indicava a crer que os Três Reinos seriam presbiterianos.

Os erastianos, que sustentavam a tese de que os pastores são simplesmente mestres, e não governantes na Igreja, e que todo poder, tanto eclesiástico quanto civil, repousa exclusivamente no magistrado civil, eram representados na Assembleia por apenas dois ministros – Thomas Coleman e John Lightfoot, assistidos pelo erudito leigo, John Selden e por Whittack . Uma parte do Parlamento, influente, dava apoio aos erastianos. Eles negavam qualquer forma particular de governo da igreja e lançava o poder sobre a igreja para os magistrados civis. Eles afirmavam categoricamente que as Escrituras não fixaram qualquer forma de governo.

Os debates iniciais da Assembleia foram sobre GOVERNO da igreja. Para alguns o governo deveria ficar a cargo dos magistrados ou de acordo com a forma de governo de cada comunidade. Esta controvérsia inicial teoricamente enfraqueceu a construção de uma unidade presbiteriana, como sistema de governo, apesar da maioria.

As reuniões da Assembleia eram sempre respeitadas e trataram de todos os assuntos possíveis para não deixar nada de fora. Trataram extensamente sobre disciplina e justiça para que soubessem dar todo recurso de ampla defesa e recuperação de um membro da igreja, somente em último caso deveria haver uma expulsão, esgotados todos os recursos de disciplina.

Trataram muito sobre culto, pois um dos maiores problemas era a contaminação do culto episcopal. E sobre o Dia especial de adoração, o Dia do Senhor, algo tão desprezado hoje em dia.

Os Puritanos presbiterianos e independentes eram bem preparados na Assembleia. Muitos deles haviam estudado na Academia de Genebra. Porém os mais caluniados e difamados pela igreja predominante episcopal. Os puritanos expandiam congregações e presbitérios e o clero deturpava tudo que podia e não havia antes da Assembleia um momento proporcionado para expor publicamente as opiniões dos Puritanos. Mas pela providência de Deus a criação da Assembleia foi o grande momento para expor as doutrinas ponto a ponto e desfazer toda calúnia. As exposições doutrinárias da Assembleia foram ricas em qualidade e declarações maravilhosas para o bem da Igreja.

Eles declararam o que os ministros deveriam fazer em suas igrejas:

Expor o Antigo Testamento e Novo Testamento em suas congregações, oferecer orações públicas para os reis e todos em posição de autoridade, aplicação do batismo e Ceia no culto, cantar os salmos, realizar coletas para os pobres.

Na doutrina professavam um acordo geral com a Igreja da Inglaterra e outras igrejas reformadas. Seus oficiais eram pastores, mestres, presbíteros e diáconos. Eles praticavam censuras eclesiásticas bíblicas (admoestação e excomunhão aos obstinados).

Os Puritanos deram um show em defesa de seus princípios que antes eram grosseiramente caluniados e deturpados. Os que antes eram pintados como ignorantes e analfabetos agora eram reconhecidos como os maiores teólogos da Inglaterra.

Tinham fortes convicções do que Deus estava fazendo com a nação, com o reino, e corria por todos os lugares que seus princípios eram superiores ao episcopal e que colocariam o reino em chamas.

Eram independentes mas não se assemelhavam aos anabatistas que desaprovavam toda forma de governo civil. Após os problemas que os Puritanos tiveram com a monarquia, eles defendiam um governo republicano. Os anabatistas não participaram da Assembleia.

Defendiam que os ministros não podiam ser comissionados politicamente por um rei ou hierarquia, mas que pregassem as Escrituras através do chamado de sua vocação.

Os presbiterianos Puritanos eram maioria e nas votações concordaram quase 100% com Puritanos os independentes. No que discordaram foi somente na forma de governo (uns eram presbiterianos outros congregacionais), que permaneceu presbiteriano por maioria na votação. Porém todos eram contra o sistema de governo episcopal.

Após a Liga Solene (1643), as regiões envolvidas no pacto foram perseguidas com violência pelos exércitos do Rei Carlos I, somente na Escócia, em apenas uma província, mais de 100 mil protestantes foram mortos, e boa parte desse corpo militar era composto por papistas, eles saqueavam, matavam e destruíam bens de todos que aderiram ao Pacto.

As notícias se espalhavam e o Parlamento enviava petições e protestos ao rei contra essa violência mas espada era continuamente usada em quase todo reino da Inglaterra.

Homens, dinheiro, armas e munições eram oferecidos para destruir os protestantes do reino e a Irlanda, por exemplo, ficou quase toda católica romana por causa da violência e imposição dos homens do rei. As igrejas dos três reinos foram duramente perseguidas pelos súditos do rei (católicos e episcopais).

Os três reinos deveriam se juntar para se defender. Eles foram acusados de rebelião contra o rei e de trazer anarquia e confusão à igreja.

Os três reinos enviaram cópias do pacto solene para outras igrejas reformadas da Europa e pediram ajuda (a Bélgica, França, Helvéticos e outras igrejas reformadas, igrejas de Genebra e Holanda). A primeira ajuda era de apoio espiritual contra as facções anticristãs, com orações públicas e privadas. França, Suíça e Holanda prontamente responderam e ofereceram apoio. Todos tentavam manter comunicação diplomática com o rei Carlos I e seu exército para que parassem com a perseguição e buscavam apoio com príncipes reformados por toda Europa para protestar solenemente contra essa perseguição.

Os países protestantes aliados do Continente também comunicavam ao Parlamento que muitos rumores e cartas caluniosas circulavam contra a Liga Solene. Era quase um tipo de propaganda de guerra.

Protestante alemães, franceses, dinamarqueses, suecos, holandeses e da Boemia, fizeram muitos elogios ao pacto solene e todos buscariam apoio para apoiar a Assembleia e os protestantes perseguidos nos três reinos.

A preocupação externa era de que o rei voltasse a ser papista e que deveria haver vigilância contra os cismas anárquicos, as heresias de antinomianos e anabatistas. A pressão que envolvia o cenário da Assembleia reforça a providência divina em produzir uma documentação tão rica.

Teólogos eminentes estrangeiros escreviam a favor da Assembleia. Havia uma consciência geral reformada que era necessário proteger a Assembleia e principalmente apoiar a causa dos presbiterianos que se harmonizavam melhor com toda Europa reformada. Havia também, conseqüentemente, que o episcopado fosse abolido e cerimônias papais varridas.

As cartas de apoio eram lidas na Assembleia.

Havia uma simpatia por todas as igrejas reformadas. A Assembleia não foi um movimento isolado e pontual como alguns imaginam. O pacto, também chamado de o pacto dos três reinos era reconhecido como algo que iria acabar com o clericalismo e a tirania ao mesmo tempo. Os olhos da Europa, após tantas reformas, estavam voltados para a Assembleia.

Em meio a este cenário turbulento, a Assembleia continuava em frente. Os 39 ARTIGOS DA IGREJA da Inglaterra foram revisados e alterados até o capítulo 15. Os artigos deveriam ser claros e alinhados com as doutrinas comuns e estabelecidas pela fé reformada.

10 semanas foram gastas para alterar os primeiros 15 artigos dos 39. Neste ponto dos trabalhos da Assembleia houve a necessidade de uma pausa para cuidar urgentemente da formação de um diretório de culto público, porque a liturgia era praticada todos os domingos em todas as igrejas dos três reinos durante a Assembleia, e as igrejas estavam perdendo uma grande oportunidade em não proceder corretamente no

culto. O diretório de culto era mais urgente que a revisão dos 39 artigos.

E também com a presença dos escoceses era mais produtivo desenvolver uma confissão de fé que reforçasse a unidade da Inglaterra com os outros países do reino. A Assembleia foi se moldando as necessidades mais urgentes.

Após a primeira revisão dos 15 artigos a Assembleia não voltou mais a cuidar desse objetivo. O objetivo primordial voltou-se para a elaboração da Confissão de Fé de Westminster e catecismos. Todo tempo e trabalho antes dedicado a revisão dos 39 artigos ganhou uma nova direção e dinâmica.

A partir de 10 meses a Confissão de Fé de Westminster começou a ser composta. Muitos dos pontos necessários para serem incluída na Confissão de Fé já haviam sido discutidos, na revisão dos primeiros quinze artigos da igreja da Inglaterra. Nenhum trabalho foi desperdiçado.

Ninguém na Assembleia discordava das doutrinas calvinistas ou doutrinas da reforma. Não havia arminianos na Assembleia. As doutrinas da Reforma eram o resgate da verdade que estava obscurecida pela perversão que dominava durante todo período de superstição papal. Não havia nenhum arminiano nem antinomiano na Assembleia de Westminster. Muito menos unitaristas ou pelagianos.

Por ter sido a grande última reunião doutrinária do período pós-reforma, a Assembleia de Westminster estava mais preparada e madura para ajustar ou eliminar qualquer doutrina das confissões reformadas desde o século XVI. Os debates eram para melhor

convencionar as doutrinas e sobre o melhor método de expressar a verdade. Somente isto demonstra que os erros antinomianos, arminianos e outros erros, continuaram sendo erros grotescos doutrinários. A verdade foi estabelecida e confirmada.

A seriedade da formulação confessional de Westminster é a prova de qualquer calúnia. Havia um comitê 1645 somente para a função enxugar os capítulos e definir o tamanho da peça em capítulos. Os capítulos foram divididos em varias subcomissões. Estas subcomissões se debruçavam dois dias semanalmente para concluir os trabalhos atribuídos e posteriormente relatavam a todo comitê e depois relatado para a Assembleia. Onde cada ponto depois de lido publicamente era reconsiderado e se necessário discutido até que a maioria tivesse satisfeita, parágrafo por parágrafo.

A Confissão de Fé de Westminster não foi elaborada por um só homem, e várias partes foram preparadas por diferentes comitês. Os debates eram prolongados e respeitavam a forma de governo da maioria e o diretório de culto.

A Confissão de Fé de Westminster não foi concluída ate o dia 26 de novembro de 1648. A Assembleia teve debates longos e difíceis, mas mantiveram uma boa velocidade e frequência.

Os escoceses contribuíram enormemente na formação da Confissão de Fé de Westminster, dos catecismos, forma de governo e diretório de culto. Certamente usaram toda experiência da Academia de Genebra, das melhores confissões reformadas e a própria Confissão de Fé Escocesa (1560) elaborada por John Knox e outros. Esta não seria substituída facilmente por outra qualquer.

600 cópias da Confissão de Fé de Westminster foram dadas ao Parlamento inglês. O trabalho foi enviado para ser impresso em 11 de maio de 1647.

A câmara dos Lordes aprovou as doutrinas da Confissão de Fé de Westminster em junho de 1648.

O Parlamento quis alterar o título do documento para ARTIGOS DA RELIGIÃO ao invés de Confissão de Fé de Westminster, pois os artigos não começavam com a palavra “Confesso”.

A Confissão de Fé de Westminster foi imediatamente transmitida e aprovada na Escócia, e continua a ser até hoje. A Inglaterra oficialmente abandonou Confissão de Fé de Westminster, restaurou a monarquia e o episcopalismo.

Enquanto a Confissão de Fé de Westminster passava pela Assembleia, seus relatórios pelos comitês, duas outras comissões foram nomeadas para tratar dos Catecismos Maior e Menor.

A ideia era extrair o suprassumo do documento maior, a Confissão de Fé de Westminster, e resumir o sistema de doutrinas em forma de catecismos.

O Catecismo Maior seria para o serviço de exposição pública no púlpito e o Menor para a instrução das crianças nas principais doutrinas da religião cristã.

O Catecismo Maior é um abrangente e excelente sistema teológico e o ideal era que cada jovem pregador da igreja presbiteriana conhecesse de memória antes de se comprometer a pregar.

O Catecismo Menor é um excelente resumo das doutrinas cristãs, e parece ser um resumo do maior. Mas só parece, pois ele foi concluído primeiro que o maior. Porém ambos fundamentados na Confissão de Fé de Westminster.

O Catecismo Menor foi apresentado oficialmente ao Parlamento em novembro de 1647 e o Maior em abril de 1648.

600 exemplares foram impressos, assim também como a Confissão de Fé de Westminster, e enviados para o Parlamento, que examinados e aprovados, receberam autorização para publicação para uso comum.

O Catecismo Menor foi considerado uma obra-prima que homenageia de forma extraordinária a Confissão de Fé de Westminster. É até hoje um dos melhores resumos da fé reformada e veículo de transmissão para milhões de pessoas por séculos seguidos. É uma visão concisa das doutrinas da reforma.

Foi dito que, onde este catecismo for ensinado por pais e pastores, as verdades contidas nele serão doutrinariamente encucadas, e mesmo que o catecúmeno posteriormente deixe de levar uma vida conforme seus preceitos, um dia essas mesmas verdades negligenciadas podem ser o meio de convicção dos pecados e luz para guiar a salvação, sob poder e influência do Espírito Santo.

O Catecismo Maior nunca atingiu seu propósito para o qual foi criado, que era para ser um trabalho de base para o ensino de toda igreja. Mas seu valor é muito importante para ajudar os pais e ministros também.

Depois das Escrituras, a Confissão de Fé de Westminster e os Catecismos, deixarão qualquer ministro preparado para suas funções de púlpito, mais do que todos os livros de uma estante teológica completa. Parece falta de humildade dizer isso?

Quer enriquecer a mente e o coração com as melhores doutrinas da reforma? Cave neste tesouro.

A Confissão de Fé de Westminster e os Catecismos fornecem ao indivíduo um padrão bíblico para seguir com segurança, para filtrar os milhares de sermões que chegam aos nossos ouvidos, para filtrar os livros que atravessam os nossos caminhos e também uma fonte de consolação na velhice. Neles há tudo para a meditação cristã.

Se o protestantismo hoje se encontra fraco e confuso, muito se deve a decadência do ensino catequético.

Se há uma verdade prática, plenamente confirmada por toda a experiência, é que toda a verdadeira religião é baseada no conhecimento. A base sólida do conhecimento está posta. As doutrinas dos Catecismos foram admitidas por todas as igrejas reformadas e são harmonizadas com todos os credos e confissões de todas as igrejas reformadas.

O objetivo principal dos Catecismos é expor e fortemente confirmar a fé comum das igrejas reformadas e oferecer uma forma fácil e didática de instrução para o povo.

Rejeitar a doutrina ortodoxa é mergulhar fundo na lama até que por razões de coerência desistir de todo o sistema ou refazer um caminho com os próprios passos e viver com nossas próprias ideias.

Se a verdade tem uma linha reta e se estamos afastado dela, temos que retornar ao ponto do nosso primeiro desvio.

Normalmente, hoje, no meio reformado, muitos não concordam com todos os pontos da Confissão de Fé de Westminster, mas de modo geral é um caminho firme e bem estabelecido. Devemos transmitir para frente essa vereda antiga, é uma missão e sagrado depósito entregar aos que virão depois de nós, para que eles, no futuro entreguem esse tesouro precioso para outra geração. E assim por diante, até o fim dos tempos. Restauremos e repassemos a ortodoxia dos Catecismos!

Nossos antigos pais, nas noites dos sábados estudavam os Catecismos em catequese familiar. Hoje é uma raridade existir preparação e guarda do Dia do Senhor.

Desprezar o conhecimento doutrinário em troca de conhecimentos novos é uma grande tolice e perda de tempo.

Continua a ser uma máxima, que, se você criar uma criança no caminho em que ele deve andar, até quando envelhecer não se desviará dele.

Forma de governo da Igreja

O povo da Inglaterra estava acostumado com a forma de governo da igreja episcopal desde o rompimento com a Igreja Católica, com a

aprovação do Rei Henrique VIII em 1534. A Reforma Protestante que se espalhava pelo Continente Europeu desde 1517 foi adaptada ao que conhecemos hoje como Anglicanismo. Mas no reinado de Carlos I (1625-1649) o sistema episcopal era considerado por muitos ingleses um sistema opressivo e nada edificante.

Para outra grande parte do povo não existia uma necessidade urgente de mudança. Pensou-se de início apenas reduzir o número do clero, mas na Assembleia de Westminster a oportunidade de reformar mais profundamente ganhou força e forma, além do mais com a presença dos comissários escoceses da Assembleia, por votação da maioria, depois de examinado o assunto a Assembleia votou a favor do sistema presbiteriano. Apesar do resultado da Assembleia não prevalecer posteriormente na Inglaterra, mas a Escócia subscreveu como o sistema mais bíblico.

Como o governo presbiteral fazia parte de todas as Igrejas Reformadas do Continente e a Escócia desejava uma unidade entre os Três Reinos houve grandes debates por semanas com os independentes (Congregacionais), e como não havia mais nenhum episcopal na Assembleia, e os independentes eram minoria, apesarem de muitos zelosos e insistentes (Seus principais oradores eram: Dr. Goodwin, Sr. Nye e Mr. Bridges), prevaleceu o sistema presbiteriano de governo.

O partido Erastiano nem entrou em debates sobre sistema de governo, pois para eles qualquer sistema de governo envolvia o direito dos magistrados civis.

DIRETÓRIO DE CULTO PÚBLICO

Nas primeiras organizações da Assembleia de Westminster já houve uma preocupação por um diretório de culto. Era um assunto urgente, pois as mudanças de cultos seriam imediatas, e uma das maiores reformas necessárias seria libertar o culto do sistema episcopal.

O Diretório de culto era urgente pois a liturgia episcopal havia sido revogada nas igrejas que aderiram ao Pacto Solene. E deveria ser uma determinação para usar em todos os lugares.

Junto com a liturgia era urgente também tratar sobre disciplina, para não deixar as igrejas em confusão. O Parlamento em 1643 orientou que Assembleia tratasse desses temas para evitar um problema com as igrejas dos Três Reinos.

Debates que envolviam costumes e tradições inglesas e escocesas geraram muitos debates. Exemplos de orações foram dados para que não houvesse excessos de petições desnecessárias nos cultos. Sobre a leitura das Escrituras, foi acordado por todos que deveria fazer parte de todo serviço público, mas houve divergências de opiniões sobre a liberdade de ler a bíblia em público. Alguns achavam que não deveria ser lida sem exposição e outra questão era se a pregação era ofício apenas do pastor. Para resolver isso foi usado como exemplo a eclesiologia da sinagoga judaica. Que a leitura bíblica não pertence somente ao pastor na liturgia, mas a outras pessoas por ele indicado. Mas prioritariamente era dever do pastor.

A principal dificuldade surgiu a respeito do modo de administrar os sacramentos. Como o batismo deveria ser. Sempre administrado em público, na presença da igreja. Que os pais deveriam trazer suas

crianças para o batismo. E coloca-los debaixo da disciplina e admoestação do Senhor.

O modo do batismo foi bem discutido, se por imersão ou aspersão. A Assembleia ficou em parte dividida, e prevaleceu por votação da maioria que não é necessário imergir na água, mas o batismo é devidamente administrado por efusão ou aspersão.

Em relação a administração da Ceia do Senhor, praticamente a única polêmica na Assembleia foi em relação ao modo de administrar, se a participação dos membros deve ser ao redor da mesa, como se participando de uma refeição, ou se os comungantes pode participar nos bancos, a alguma distância. Os escoceses apoiavam a participação ao redor da mesa, e neste debate gastaram duas semanas. Os teólogos ingleses não concordavam com esse costume. Mas estavam dispostos a consentir que na Escócia adotassem o costume da prática antiga.

As instruções para a pregação eram simples, também transcorreram bem os temas como a santificação do Dia do Senhor. Essa nulidade de controvérsia sobre o Dia do Senhor comprova que era uma prática normal e aceita por todos, independentemente de denominação ou país.

Temas como cerimônias de casamento, visitas a doentes e observância de dias de jejuns, humilhações públicas e ações de graças transcuraram tranquilamente.

Sobre cerimônias adequadas para enterros dos mortos. Neste tema os ingleses e escoceses entraram em novo debate sobre a questão de pregar sermão em funeral. Foi determinado por votação que o corpo deveria ser enterrado sem cerimônia, e ajoelha-se ou orar pelos

mortos foi declarado supersticioso. Orar, ler e cantar no túmulo foi considerado em vão.

O Diretório de Culto foi destinado a substituir a antiga liturgia e isso explica muitos pontos discutidos na Assembleia. A intenção era afastar todo serviço do Livro de Oração Comum (livro de liturgia da comunhão anglicana).

A essência do Diretório é afastar toda idolatria e superstição de influência romanista.

Pelos independentes poderia haver mais liberdade nas orações, mas aprovaram com unanimidade o Diretório de Culto de Westminster.

Uma mudança interessante foi a retirada completa da leitura de livros apócrifos, o sinal da cruz, nenhuma cerimônia de enterro, o anel de casamento, roupas especiais para os ministros e dias dos santos.

O Diretório não foi imediatamente observado em todo reino. Alterações nas formas habituais de culto público são sempre feitas com dificuldade. O hábito e costumes, na maioria das pessoas, são mais fortes do que a razão.

Algumas igrejas simplesmente desprezaram o diretório e continuaram fazendo uso da Oração Comum, desafiando o decreto do Parlamento, enquanto outros se recusaram a se limitar por qualquer forma ou fizeram do seu modo.

O Parlamento para incentivar (ou obrigar) o uso do diretório impôs multa por decreto para que fosse lido, quando não lido havia uma multa e se usassem o Livro Comum de Orações havia uma multa de cinco libras para a primeira infração, 10 libras para a segunda e a terceira reincidência, prisão.

E se alguém escrevesse contra o diretório deveria pagar uma multa de 50 libras a ser dado aos pobres. Havia multas, confiscos e prisões numa tentativa de promover uma unidade presbiteral de adoração.

Mas logo aprenderam que unidade religiosa nunca pode ser produzida por imposição, e se pudesse não passaria de um cumprimento hipócrita ritualístico e institucional.

O Rei Carlos I, embora estivesse sem autoridade plena sobre todo seu reino, emitiu em 1645 uma proclamação proibindo o uso do novo Diretório. O Diretório mexia na espinha dorsal de todo o sistema ritualístico episcopal.

SALMODIA

Na época da Assembleia já havia uma versão dos salmos metrificadas, e esta versão foi enviada para ser examinada pela Assembleia. Após dois anos de revisão e correção a Assembleia adotou o livro.

Neste tempo, o livro também foi enviado para a Igreja escocesa para revisão e foi aprovada. Após aprovação da Assembleia e do Parlamento, em novembro de 1645, houve uma recomendação que

todas as igrejas do reino usassem os salmos metrificados em seus cultos, mas nunca entrou em uso geral.

Antes da aprovação, cópias foram enviadas para os presbitérios para sugestões e observações.

Somente a Escócia em 1650 aceitou fazer uso comum em suas igrejas. Em outras regiões havia a tolerância de usar os salmos, hinos e cânticos.

As questões relacionadas aos salmos metrificados que geraram debates na Assembleia foram baseadas em questões culturais e musicais, os escoceses não aceitavam algumas métricas, pois culturalmente não se adaptavam a musicalidade.

DEBATES NA ASSEMBLEIA

Historicamente não houve relatórios completos sobre os debates na Assembleia, uma questão lamentável. Muitos tópicos registrados chegaram até nós através de diários, como o do Dr Lighfoot, que registrou todos os dias de julho de 1643 a dezembro de 1644.

Não houve um registro momento a momento, havia resumos dos discursos dos membros e muitas vezes resumidos em uma ou duas frases.

Não houve um registro completo dos debates. Muitas cartas dos Escoceses para seus irmãos na Escócia serviram de registros. O volume registrado seria extraordinário após vários anos de debates.

Muitos ministros sábios e piedosos que estavam na Assembleia nem foram mencionados seus debates. Há muitos registros de decisões tomadas, mas sem os argumentos e discursos.

Os debates mais afiados eram produzidos pelos independentes. Normalmente entre os independentes havia um doutor em cada congregação, além dos pastores. Eles exerciam seus dons para aplicar-se ao ensino ou a exortação.

Na Assembleia havia uma atmosfera de admiração e grande aprendizado que contagiava todos os presentes, havia uma grande eloquência, cortesia e exposição ao falar. A maioria falava bem e eram homens preparados.

Os debates eram longos e cansativos, mas necessários. Quando havia concordância e unanimidade a Assembleia andava mais rápida, quando não, durava semanas. Tudo que era debatido era importante e sem pressa de ir a público.

Alguns queriam adiar os debates do natal e outros não. E a maioria pregou contra o natal e que a Assembleia deveria prosseguir neste dia para não cair num ato supersticioso. Não comemorar o natal naquela época era profanar um dia santo. Muitos estavam dispostos a continuar a reunião no dia de natal. Não encontrei registros sobre se houve ou não reunião em dia de natal.

Um dos debates mais acirrados era por parte dos independentes sobre o poder de presbitérios e sínodos. Os presbiterianos não recuavam um milímetro, e os independentes exerciam pressão máxima em oposição ao governo presbiteral.

Numa carta em 1644 um membro da Assembleia escreveu: Há assuntos que diariamente não fazem nenhum progresso, e parece não haver fim e muitas parecem que vão cancelar os debates. Os independentes são cismáticos e seu partido é forte e crescente.

Outra carta dizia: O progresso na Assembleia é lento, mas sensato. Diariamente temos um mundo de debates. A labuta é grande, todos os dias, das 8h da manhã ate perto das 13h, e muitas vezes no período da tarde a partir das 3h ate 18:30, só o domingo era livre. Muitos desejam estar em casa, mas todos eram ordenados a ficar para assistir todo serviço. Os independentes são os nossos grandes retardadores.

Os independentes eram criticados porque não só haviam homens preparados em suas congregações, mas também pagaram o preço por serem independentes tendo em seu seio anabatistas, antinomianos e socinianos. Eram divididos entre si, mas na Assembleia eram mais de aproximação reformada. E não havia nela anabatistas nem antinomianos nem socinianos.

Os presbiterianos escoceses gastaram toda sua energia em oposição aos independentes. Todos os aspectos que envolvem governo de igreja foram debatidos: função dos diáconos, pastores, ofícios dos pregadores, quem podia pregar, a questão do sustento, de ordenação, de funções etc. – Os independentes perderam nas votações sobre governo, mas posteriormente fizeram uso da Confissão de Fé de Westminster com revisões sobre sistema de governo (os congregacionais/independentes fizeram mudança apenas no sistema de governo na Confissão de Savoy, já os batistas fizeram mudanças no sistema de governo e batismo, na confissão de fé londrina.)

Para terminar os debates “sem fim”, havia um bom senso quando os temas chegavam à exaustão e que os assuntos já haviam sido suficientemente defendidos.

Os debates duravam semanas e foi decidido a favor do sistema presbiteriano, por maioria.

É importante que se diga que os debates eram realizados com grande cortesia e consideração. Às vezes esquentava e acontecia um início de tumulto, mas não era uma confusão.

FUNÇÕES DO PARLAMENTO E DA ASSEMBLEIA E SUAS DIFERENÇAS

A maioria dos parlamentares eram os puritanos e erastianos, e isso rendeu algumas controvérsias, pois o Parlamento era quem autorizava as resoluções da Assembleia.

Os erastianos exerciam mais força no Parlamento do que na Assembleia. E quando as questões de governo foram colocadas para votação, ao invés de aprovarem o governo presbiteral como a Assembleia votou, eles quiseram buscar um meio termo entre congregacionalíssimo clássico e sinodal. E decidiram que isso era agradável a Deus que a igreja tivesse um governo congregacional e sinodal.

Os escoceses e os outros presbiterianos da Assembleia agitaram o povo e o alertou que a igreja corria perigo. Petições chegavam ao Parlamento para que implantasse o governo presbiteriano.

Os ministros presbiterianos recorreram civilmente à liderança de Londres para que encontrassem uma solução rápida para esse caso e que não dessem espaço para nenhuma outra ideia de governo nem que tivessem nenhuma tolerância com o papado, prelazia, superstição, heresia, profanação, ou qualquer outra coisa contrária à sã doutrina. Era uma forma de fortalecer um só sistema de governo e afastar todos os outros partidos.

Foi recomendado aos magistrados da cidade que usassem sua autoridade para suprimir toda manifestação ilegal, mas nada foi feito para atender ao pedido dos presbiterianos.

Muitos pontos sobre disciplina foram discutidos e como disciplinar. E toda disciplina tem como ponto importante o sistema de governo. Não era um assunto simples. Toda disputa era sobre limitações de poderes, segundo cada sistema. Até que ponto deveria haver uma subordinação ao poder civil, como queriam os erastianos. Quais os limites do poder de julgar um membro da igreja?

Consideração final

Assim diz o Senhor: Ponde-vos nos caminhos, e vede, e perguntai pelas veredas antigas, qual é o bom caminho, e andai por ele; Jeremias 6:16^a

É seguro permanecer nos caminhos que nossos antigos pais percorreram, pois viajaram em segurança. Permaneçamos firmes nesses caminhos. Muitos viajantes perderam a estrada e se afastaram dos caminhos antigos. As Escrituras são as marcas do caminho que devemos tomar. A Confissão de Fé é como um arauto que aponta o caminho.

Fonte:

A history of the Westminster Assembly of divines, 1841. A.W. Mitchell. Presbyterian Board Of Publication.

The Westminster Assembly. Library of Princeton, 1884. Mitchell, Alexander Ferrier. Presbyterian Board Of Publication.

History of the Westminster Assembly of Divines. Library of Princeton. W. M. Hetherington. 1890. Presbyterian Board Of Publication.

<http://www.westminsterassembly.org/members-of-the-westminster-assembly/>

<http://www.westminster-abbey.org/our-history>

ANEXO:

Esta lista inclui todas as pessoas que são conhecidas por terem participado da Assembleia de Westminster:

Membros da Assembleia de Westminster:

John Arrowsmith (1602-1659); Norfolk

Simeon Ashe (d. 1662); Cardigan, Wales

Theodore Bathurst (c.1587-1652); Huntingdonshire

Thomas Baylie (1581/2-1663); Wiltshire

John Bond (1612-1676); Oxford University

Samuel Bolton (1605/6-1654); Middlesex

Oliver Bowles (c. 1577-1644); Bedfordshire

William Bridge (1600/01-1671); Cumberland

Anthony Burgess (d. 1664); Warwickshire

Cornelius Burges (d. 1665); Hertfordshire

Jeremiah Burroughs (bap. 1601?, d. 1646); Middlesex

Adoniram Byfield (d. 1660); Non-voting scribe

Richard Byfield (bap. 1598, d. 1664); Surrey

Edmund Calamy (1600-1666); London

John Carter (d. 1645/6); Yorkshire

Thomas Carter (b. c. 1585); unspecified

William Carter (1605-1658); Northumberland

Joseph Caryl (1602-1673); London

Thomas Case (bap. 1598- d. 1682); Cheshire
Daniel Cawdrey (1587/8-1664); Monmouthshire
Humphrey Chambers (bap. 1599?, d. 1662); Somerset
Francis Cheynell (bap. 1608, d. 1665); Pembroke, Wales
Peter Clark (b. c. 1606); Yorkshire
Richard Clayton (1597-1671); Leicestershire
Thomas Coleman (1597/8-1646); Lincolnshire
John Conant (1608-1694); Somerset
Edward Corbet (b. 1590/1); Westmoreland
Edward Corbet (1601×3-1658); Shropshire
Robert Crosse (1604/5-1683); Oxfordshire
Jean de la Marche (1585-1651); Is. of Guernsey
Samuel de la Place (1576/7-1658); Is. of Jersey
Philippé Delmé (d. 1653); unspecified
John Dury (1596-1680); Middlesex
Daniel Featley (1582-1645); Surrey
Thomas Ford (1598-1674); Bedfordshire
John Foxcraft (1595-1662); Nottinghamshire
Hannibal Gammon (bap. 1582, d. 1650/51); Cornwall
Thomas Gataker (1574-1654); Carnarven, Wales
John Gibbon (b. c. 1587); unspecified
George Gibbs (c. 1590-1654); Leicestershire
Samuel Gibson (b. c. 1580); Rutland
William Good (b. 1600); unspecified

Thomas Goodwin (1600-1680); Cambridgeshire
William Gouge (1575-1653); Derbyshire
Stanley Gower (bap. 1600?, d. 1660); Herefordshire
John Greene (fl. 1641-1647); Herefordshire
William Greenhill (1597/8-1671); Durham
Henry Hall (c. 1604-1644); Westmoreland
Humphrey Hardwick (b. 1602); unspecified
Robert Harris (1580/1-1658); Oxfordshire
Charles Herle (1598-1659); Lancashire
Richard Herrick (1600-1667); Lancashire
Gasper Hickes (1605-1677); Cornwall
Thomas Hill (d. 1653); Northamptonshire
Thomas Hodges (c. 1600-1672); unspecified
Joshua Hoyle (bap. 1588, d. 1654); Cumberland
John Jackson (1600-1648); Northumberland
Robert Johnston (d. 1670); Yorkshire
John Langley (d. 1657); Hampshire
John Ley (1584-1662); Cheshire
John Lightfoot (1602-1675); Staffordshire
Stephen Marshall (1594/5-1655); Essex
John Maynard (1600-1665); Sussex
William Mew (1602-1659); Gloucestershire
Thomas Micklethwaite; unspecified
Matthew Newcomen (d. 1669); unspecified

Philip Nye (bap. 1595, d. 1672); Huntingdonshire
Henry Painter (c. 1583-1644); unspecified
Herbert Palmer (1601-1647); Bedfordshire
Edward Peale (1583-1645); Dorsetshire
Andrew Perne (c. 1595-1654); unspecified
John Philips (c. 1585-1663); Suffolk
Benjamin Pickering (fl. 1620-1649); Sussex
William Price (d. 1666); unspecified
Nicholas Proffet (c. 1599-1669); unspecified
William Rathbone (d. 1644); Monmouthshire
William Rayner (c. 1595-1666); Berkshire
Edward Reynolds (1599-1676); Northamptonshire
Henry Roborough (d. 1649); Non-voting scribe
Arthur Sallaway (b. 1606); Worcestershire
Henry Scudder (d. 1652); Wiltshire
Lazarus Seaman (d. 1675); London
Obadiah Sedgwick (1599/1600-1658); Essex
Sidrach Simpson (c. 1600-1655); Worcestershire
Peter Smith (1586-1653); Hertfordshire
William Spurstowe (d. 1666); Merioneth, Wales
Edmund Staunton (1600-1671); Surrey
Peter Sterry (1613-1672); unspecified
John Strickland (bap. 1601?, d. 1670); Cambridge University
William Strong (d. 1654); Dorsetshire

Matthias Stiles (1591-1652); Oxford University
Francis Taylor (1589-1656); Kent
Thomas Temple (c. 1601-1661); Brednock, Wales
Christopher Tisdale (1592-1655); Hampshire
Thomas Thorowgood (c. 1595-1669); Norfolk
Henry Tozer (c. 1601-1650); Glamorgan, Wales
Anthony Tuckney (1599-1670); Lincolnshire
William Twisse (1577/8-1646); Berkshire
Thomas Valentine (1586-1665); Buckinghamshire
Richard Vines (1599/1600-1656); Warwickshire
George Walker (bap. 1582?, d. 1651); London
John Wallis (1616-1703); Non-voting scribe
John Ward (d. 1665); unspecified
James Welby (fl. 1643-1649); Denbyshire, Wales
Thomas Westfield (1573-1644); unspecified
Jeremiah Whitaker (1599-1654); Rutland
John White (1575-1648); Dorsetshire
Henry Wilkinson Jr (1610-1675); unspecified
Henry Wilkinson Sr (1566-1647); Buckinghamshire
Thomas Wilson (c. 1601-1653); Kent
John Wincop (c. 1602-1647); unspecified
Francis Woodcock (1614-1649×51); Durham
Thomas Young (c. 1587-1655); Suffolk

Membros do Parlamento – Casa dos Lordes:

Howard Edward, first Baron Howard of Escrick (d. 1675)

Robert Deveroux, third earl of Essex (1591-1646)

Edward Montagu, second earl of Manchester (1602-1671)

Philip Herbert, first earl of Montgomery and fourth earl of Pembroke (1584-1650)

Algeron Percy, tenth earl of Northumberland (1602-1668)

William Cecil, second earl of Salisbury (1591-1668)

William Fiennes, first Viscount Saye and Sele (1582-1662)

Robert Rich, second earl of Warwick (1587-1658)

Philip Wharton, fourth Baron Wharton (1613-1696)

Membros do Parlamento – Casa dos Comuns

Sir Thomas Barrington, second baronet (c.1585-1644)

John Clotworthy, first Viscount Massereene (d. 1665)

John Cook (bap. 1608, d. 1660)

Sir John Evelyn (1601-1685)

Nathaniel Fiennes (1607/8-1669)

Sir Gilbert Gerard (1587-1670)

Sir John Glynne (1603-1666)

Sir Robert Harley (bap. 1579, d. 1656)

Sir Arthur Hesilrige, second baronet (1601-1661)

William Masham (1615/16-1654/5)

Sir John Maynard (1604-1690)

William Pierrepont (1607/8-1678)

Edmund Prideaux (1601-1659)
Sir Robert Pye (bap. 1585, d. 1662)
John Pym (1584-1643)
Sir Robert Reynolds (1600/01-1678)
Francis Rous (1580/81-1659)
Sir Benjamin Rudyerd (1572-1658)
Oliver St John (c.1598-1673)
Humphrey Salwey (c.1575-1652)
John Selden (1584-1654)
William Strode (bap. 1594, d. 1645)
Sir Henry Vane, Jr. (1613-1662)
Sir Henry Vane, Sr. (1589-1655)
William Wheeler (c. 1601 – 1666)
John White (1590-1645)
Bulstrode Whitelocke (1605-1675)
Zouch Tate (1606-1650)

Comissários - Ministros da Igreja da Escócia:

Robert Baillie (1602-1662); Scottish Commissioner

George Gillespie (1613-1648); Scottish Commissioner

Alexander Henderson (c.1583-1646); Scottish Commissioner

Samuel Rutherford (c. 1600-1661); Scottish Commissioner

Presbíteros da Escócia:

Archibald Campbell, marquess of Argyll (1605 -1661)

John Elphinstone, second Lord Balmerino (d. 1649)

Sir Charles Erskine of Alva (d. 1663)

John Maitland, duke of Lauderdale (1616-1682)

Sir Archibald Johnston, Lord Wariston (bap. 1611, d. 1663)

John Campbell, first earl of Loudoun (1598-1662)

George Winram, of Liberton, Lord Liberton (d. 1650)